

Artigo original



Representações sociais e práticas de enfrentamento às violências na universidade: das incertezas aos caminhos possíveis

Representaciones y prácticas sociales para enfrentar la violencia en las universidades: de incertidumbres a caminos posibles

Social representations and practices for confronting violence at universities: from uncertainties to possible paths

Janine Gudolle de Souza¹

Adriane Rubio Roso²

Daniela Porto Giacomelli³

¹Contato para correspondência. Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria). Rio Grande do Sul, Brasil. gudolle.janine@gmail.com

^{2,3}Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria). Rio Grande do Sul, Brasil. adriane.roso@ufsm.br, daniela.giacomelli@acad.ufsm.br

RESUMO | OBJETIVO: Neste estudo, objetivamos conhecer as experiências da comunidade acadêmica acerca das violências no espaço universitário. **MÉTODO:** Foi realizada uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas com quinze pessoas inseridas no contexto universitário, docentes, estudantes e técnicos-administrativos em educação. O referencial teórico adotado para análise das informações foi a Teoria das Representações Sociais. **RESULTADOS:** Obtivemos como resultados um predomínio do entendimento da violência a partir da agressão física, embora seja possível perceber uma mudança representacional por meio das experiências pessoais e profissionais dos entrevistados. Ademais, percebemos que a instituição tem se mobilizado nos últimos anos para enfrentar os casos de violência, entretanto ainda há um constante olhar individualizante para o fenômeno da violência. **CONCLUSÃO:** Compreendemos que é necessário que se amplie as ações para o enfrentamento da violência e que as universidades encarem as violências por meio de políticas públicas, investimento em campanhas e rodas de conversa envolvendo toda a comunidade acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Universidades. Violência. Teoria das Representações Sociais.

RESUMEN | OBJETIVO: En este estudio, buscamos comprender las experiencias de la comunidad académica respecto a las violencias en el espacio universitario. **MÉTODO:** La investigación cualitativa se realizó con entrevistas semiestructuradas a quince personas del contexto universitario, docentes, estudiantes y técnicos administrativos en educación. El marco teórico adoptado para el análisis de la información fue la Teoría de las Representaciones Sociales. **RESULTADOS:** Obtuvimos como resultados un predominio de la comprensión de la violencia basada en la agresión física, aunque es posible percibir un cambio representacional a través de las experiencias personales y profesionales de los entrevistados. Además, notamos que la institución se ha movilizó en los últimos años para enfrentar casos de violencia, sin embargo, aún hay una constante mirada individualizadora sobre el fenómeno de la violencia. **CONCLUSIÓN:** Entendemos que es necesario ampliar las acciones para combatir la violencia y que las universidades aborden la violencia a través de políticas públicas, inversión en campañas y círculos de conversación que involucren a toda la comunidad académica.

PALABRAS CLAVE: Universidades. Violencia. Teoría de las Representaciones Sociales.

ABSTRACT | OBJECTIVE: In this study, we aim to know the experiences of the academic community about violence in the university. **METHOD:** Qualitative research was carried out with semi-structured interviews with fifteen people inserted in the university, professors, students and administrative technicians in education. The theoretical framework adopted for the analysis of information was the Theory of Social Representations. **RESULTS:** As a result, there is a predominance of the understanding of violence based on physical aggression, although it is possible to perceive a representational change through the personal and professional experiences of the interviewees. We realize the institution has mobilized in recent years to face cases of violence, however there is still a predominance of an individualizing look at the phenomenon of violence. **CONCLUSION:** We understand that it is necessary to expand actions to combat violence and for universities to face violence through public policies, investment in campaigns and conversation circles involving the entire academic community.

KEYWORDS: Universities. Violence. Theory of Social Representations.

Introdução

O presente artigo retrata uma pesquisa sobre distintas formas de violência no contexto universitário, aprofundando o olhar para compreender como elas estão presentes em uma universidade federal. Sabemos que, em diferentes lugares sociais, as pessoas podem estar expostas a uma série de violências. Os ambientes em que elas acontecem variam, mas podemos compreender que todo lugar pode ser um lugar com potencial para disseminação de violência. No espaço universitário, tal fato não seria diferente, uma vez que ele contém um extrato da sociedade que está inserido em uma cultura machista, racista e homofóbica. Em contrapartida, há uma visão preponderante de que não há violência neste ambiente, por estar constituído de pessoas mais qualificadas intelectualmente, conforme salienta [Almeida](#) (2017).

Todavia, essa visão não condiz com a realidade observada em pesquisas científicas. Uma pesquisa nacional pioneira sobre violência nas universidades brasileiras, realizada em 2015, contou com a participação de 1.823 universitários/as de graduação e pós-graduação de todo o país (60% mulheres e 40% homens). Os resultados indicaram que 10% das mulheres relataram espontaneamente terem sofrido violência de um homem na universidade. Entretanto, quando elas são questionadas a partir do uso de uma lista de violências o número sobe para 67%, pois elas acabam reconhecendo que foram submetidas a muitas delas. Quanto aos tipos de violência identificados, revelou-se que 10% das mulheres sofreram violência física, 49% já sofreram desqualificação intelectual, 63% admitem que não reagiram quando sofreram alguma violência e 53% das mulheres já sofreram assédio sexual ([Scavone](#), 2015).

Em relação aos marcadores sociais e violência presentes nas universidades, diversos autores têm mostrado que raça/etnia, idade, classe e orientação sexual são marcadores fortemente associados ao sofrimento psíquico em estudantes, de acordo com a revisão integrativa realizada por [Graner e Cerqueira](#) (2019). Além disso, o estudo de [Souza et al.](#) (2020) reforça a falta de reconhecimento das violências por parte dos universitários/as. As autoras pesquisaram o assédio sexual em uma universidade do Piauí e observaram que as mulheres entrevistadas tinham dificuldade em identificar e nomear como violência práticas de assédio sexual.

Ainda, [Maito et al.](#) (2022) realizaram uma pesquisa em uma universidade brasileira e pontuam que as violências na universidade são diversas, assim, conhecê-las adequadamente oferece subsídios para melhorar as respostas institucionais já existentes ou criar novas formas de enfrentamento. As autoras salientam que muitas narrativas dos/as participantes da pesquisa dizem respeito à discriminação, ao assédio moral e às violências sofridas em função de gênero e, igualmente, em função de raça/cor, classe social e local de origem. Devemos estar atentos/as, pois “novas parcelas da população estão ingressando na universidade e ela continua sendo o espaço de produção de conhecimento. Romper com práticas elitistas e violentas que ali acontecem é uma tarefa urgente” ([Maito et al.](#), 2022, p. 14).

As violências na universidade acarretam consequências para os/as estudantes em diferentes âmbitos da vida. O sofrimento psíquico, muitas vezes, é tampornado, mas termina por aparecer em outras instâncias e contextos da universidade, como nas clínicas-escola e nos hospitais universitários, o que indica a importância de estudos que aprofundem o conhecimento acerca dessa problemática. [Graner e Cerqueira](#) (2019) ressaltam que fatores frequentemente associados ao sofrimento psíquico são justamente fatores passíveis de mudança, como características da vida acadêmica e relacionais. O fato corrobora a importância do investimento tanto em pesquisas sobre violência como em ações de intervenção dentro da universidade, constituindo possibilidades reais de transformação da cultura da violência.

A proposta deste estudo é olhar para as violências na universidade por meio da Teoria das Representações Sociais (TRS), a qual foi criada pelo psicólogo [Serge Moscovici](#), em 1961, mas que vai ter maior força nos anos 1980. Estudar as representações sociais diz respeito a compreender como os sujeitos constroem o seu conhecimento estando inscritos em uma ordem social e cultural ([Arruda](#), 2002). É com o advento da TRS que se pensará mais em aspectos sociais e culturais do sujeito, tentando romper com as dicotomias predominantes, como individual/social e interno/externo. As representações sociais apresentam uma dimensão histórica e transformadora, levando em conta aspectos simbólicos, culturais, sociais e relacionais. Dessa forma, as “representações sociais estão associadas às práticas culturais, reunindo tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da realidade contemporânea” ([Alexandre](#), 2001, p. 123).

Diante desse cenário universitário permeado por uma série de violências, nos indagamos sobre a realidade em que nos inserimos, uma universidade federal pública. Atentar-se para esta problemática possui uma significativa relevância social, uma vez que a universidade, como um espaço de formação profissional, deve ser um ambiente seguro e acolhedor. Entretanto, a realidade muitas vezes tem demonstrado o contrário, com a ocorrência de diferentes tipos de violência que afetam a saúde da comunidade acadêmica. Por isso, realizamos uma pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, com a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), localizada na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Nosso objetivo foi conhecer as experiências da comunidade acadêmica acerca das violências no espaço universitário.

Método

A pesquisa deriva de uma dissertação de mestrado intitulada “Diferentes formas de violência no contexto universitário: experiências e representações da comunidade acadêmica” sob número CAAE 37069420.9.0000.5346, a qual integra um projeto de pesquisa maior “Vidas precárias no cibermundo – Estudos sobre violências, poder e interseccionalidades dos sistemas hierárquicos”, sob número CAAE 79231217.4.0000.5346, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM. A presente pesquisa possui caráter qualitativo, a qual leva em conta valores, atitudes, crenças e sentidos (Minayo, 2016). Para realizar o percurso desta pesquisa, utilizamos como instrumentos, para construção das informações, entrevistas semiestruturadas e um questionário sociodemográfico. Para o tratamento e a análise do material, seguimos a proposta de Minayo (2016), consistindo em ordenar e classificar os dados, bem como uma análise temática proposta por Gomes (2016).

A interpretação dos dados se deu a partir da Teoria das Representações Sociais, na abordagem processual/cultural que, conforme Oliveira e Ornellas (2014),

entende as representações sociais como uma forma do sujeito olhar o mundo a partir do social, da cultura e da história, relacionando construções simbólicas à realidade social. Apoiamo-nos, principalmente, em Moscovici (2015), Arruda (2014), Palacios (2014), Jovchelovitch (2008) e Jodelet (2005). Em complemento, recorreremos a estudos que abordam a violência no contexto universitário.

Os/as participantes foram escolhidos/as mediante a amostragem bola de neve (Gil, 2019), que se dá quando um/a participante indica outro/a(s) participante(s) para a pesquisa. Partimos, inicialmente, do contato com estudantes da Casa do Estudante Universitário, mediante autorização institucional para realização da pesquisa no local. Os critérios de inclusão foram: ser maior de 18 anos; ser discente, docente ou técnico-administrativo em educação da UFSM e estar disposto/a a conversar sobre discriminação e as diversas formas de violência. Configurou-se como critérios de exclusão: sujeitos que não se sintam à vontade para conversar sobre o tema da pesquisa e pessoas que não falem idioma compreensível plenamente pelas pesquisadoras ou pessoas que tenham características físicas (condições de saúde física) ou psicossociais (condições de saúde mental) que impossibilitem a comunicação verbal.

Dessa forma, participaram 15 pessoas da comunidade acadêmica da UFSM, 10 mulheres e 5 homens, 3 docentes, 7 técnico-administrativos em educação e 5 estudantes, sendo que as idades variaram entre 19 e 65 anos. Os/as participantes foram numerados/as conforme a sequência de realização das entrevistas, desse modo, serão descritos aqui como Participante 1, 2, 3, etc., conforme mostra a Tabela 1. As entrevistas foram realizadas no período de outubro a dezembro de 2020, sendo que 14 delas ocorreram na modalidade online, via *Skype*, e apenas uma de forma presencial, a pedido da entrevistada, com todos os cuidados necessários em função da pandemia de Covid-19.

Tabela 1. Características dos/as participantes

Participante	Gênero	Idade	Raça	Vínculo com a universidade
1	Homem	19	Branca	Estudante - Graduação
2	Mulher	21	Parda	Estudante - Graduação
3	Mulher	35	Branca	Técnico-administrativo em educação
4	Mulher	55	Branca	Técnico-administrativo em educação
5	Mulher	23	Branca	Estudante - Pós-Graduação
6	Homem	39	Branca	Técnico-administrativo em educação
7	Mulher	27	Parda	Técnico-administrativo em educação
8	Mulher	27	Parda	Estudante - Graduação
9	Mulher	41	Branca	Técnico-administrativo em educação
10	Mulher	41	Branca	Técnico-administrativo em educação
11	Homem	23	Branca	Estudante - Pós-Graduação
12	Homem	41	Branca	Docente
13	Mulher	59	Branca	Docente
14	Homem	26	Branca	Técnico-administrativo em educação
15	Mulher	65	Branca	Docente

Fonte: as autoras (2024).

Inicialmente, se fez contato com os/as participantes explicando sobre o tema da pesquisa, seus objetivos e o formato da entrevista. Solicitamos que todos/as lessem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e enviassem uma mensagem confirmando a leitura e a concordância em participar da pesquisa. Antes de cada entrevista, os/as participantes responderam a um formulário do Google para preenchimento dos dados sociodemográficos. As entrevistas duraram aproximadamente uma hora, sendo gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. Todos os preceitos éticos foram abordados assim que o convite aos/às participantes era enviado, bem como retomados no início de cada entrevista.

Resultados e discussão

A seguir, apresentaremos os resultados e a discussão considerando dois temas: "Compreensões sobre as violências e suas expressões no contexto da UFSM" e "Ações propostas pela UFSM no enfrentamento às violências". Cada tema apresenta subcategorias teóricas. O primeiro tema dividiu-se em: (a) Mudanças nas Representações sociais sobre violência e (b) Relações de Dominação e Violência Acadêmica. O segundo em: (a) Das incertezas de ajuda e (b) A instituição em busca de um caminho para enfrentar a violência.

Compreensões sobre as violências e suas expressões no contexto da UFSM

a. Mudanças nas representações sociais sobre violência

Constantemente escutamos sobre violência, seja na televisão, nas conversas informais, na internet, em leituras que realizamos. Ouvimos falar de violência de gênero, violência policial, violência contra mulheres, etc. Mas o que é violência? Parece ser uma pergunta simples, mas quando paramos para pensar nos deparamos com um tema complexo. Como destaca [Chauí-Berlinck](#) (2017), a violência tem sido tema de investigação de muitos/as pensadores/as e, por vezes, acabamos por reconhecê-la em nós mesmos e nas relações que estabelecemos, todavia nem sempre refletimos sobre ela. Isso pôde ser observado quando questionamos os/as participantes: "O que é violência para você? O que você considera uma violência?", essa foi a pergunta inicial das entrevistas realizadas.

Percebemos que persiste um entendimento da violência relacionado à agressão física, pois, geralmente, essa é a primeira resposta frente à indagação feita. Como mostram as falas: “A violência, a primeira coisa que me vem na cabeça quando penso em violência é em agressão física, mas, quando eu penso nisso, eu logo me lembro que existem outras formas de violência” (Participante 11), “a primeira imagem que me vem à mente quando eu penso em violência tem muito a ver com a violência física” (Participante 7), “A gente vai entendendo, talvez quando a gente é criança ainda, a violência tá muito mais relacionada a um ato violento que tu vê na televisão, que tu vê de fora, do que qualquer outra coisa” (Participante 12).

Etimologicamente, a palavra violência deriva do latim “vis” que significa força, como salienta [Chauí](#) (2017). A autora relata que, se recorrermos ao dicionário, observaremos que seu significado é amplo e não se caracteriza apenas pela dimensão física, mas por dimensões psíquicas e simbólicas. Podemos compreender melhor essas conceituações de violência com os constructos criados pela Teoria das Representações Sociais, ancoragem e objetivação. As representações sociais são criadas por meio desses mecanismos, sendo que devemos compreendê-las como sempre possuindo duas faces interdependentes, “a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” ([Moscovici](#), 2015, p. 46).

O processo de ancoragem visa classificar e dar nome a alguma coisa, transformar o que nos é estranho em categorias conhecidas. Nomear um fenômeno possibilita imaginá-lo, representá-lo. Envolve os processos de classificação e nomeação, primeiros passos para superar a resistência e aproximar o objeto ou a pessoa de nós ([Moscovici](#), 1981). Já o processo de objetivação se caracteriza por tornar concreto aquilo que é abstrato, isto é, objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, reproduzir um conceito em uma imagem ([Moscovici](#), 2015). Destacamos que predomina no entendimento da violência uma classificação e uma imagem da violência física, de um ato violento que envolve agressão ao corpo do outro, de forma concreta. A violência tem sido ancorada e objetivada no ato físico.

Esta ancoragem merece atenção, pois, como indicado na introdução, o percentual de mulheres que sofrem violência física é inferior à desqualificação intelectual e assédio sexual ([Scavone](#), 2015). Historicamente, as violências se constituíram no âmbito físico (por isso a etimologia da palavra centrada na força), possibilitando a ancoragem neste tipo de violência, contudo, com o advento da modernidade, outros tipos foram tomando forma.

Sabemos que os sujeitos não estão isolados, já que estão inseridos em uma sociedade histórica, em uma cultura, assim como, pelo advento da midiatisação da cultura ([Thompson](#), 2011), se relacionam cada vez mais com diferentes narrativas e pessoas. Diante disso, percebemos um movimento no sentido de que ao longo da história, e também da trajetória acadêmica e profissional dos/as participantes, a representação social da violência na universidade parece se ampliar. Há uma compreensão mais dinâmica e ampliada do que é violência, seja pela memória coletiva, pelas experiências vividas, ou pelas pessoas que ele/a acolheu no trabalho realizado na instituição. Isto é, sai do campo meramente da ancoragem num passado mnêmico coletivo (a violência como sendo apenas da ordem física) e incorpora, no processo de ancoragem, as novidades imagéticas das mídias e da experiência atual.

Podemos assumir que a transformação das representações sobre violência se dá nesse interjogo: memória coletiva, imagens midiáticas, discursos reificados e experiência cotidiana, resultando em um processo de representação. Como relata a Participante 7: “Eu acho que ao longo, principalmente da graduação, eu fui aprendendo que existem muitas formas de violência e depois com o trabalho também fui percebendo que existem inúmeras formas de violência” e outros/as participantes:

Hoje eu já vejo a questão da violência de uma forma muito diferente do que eu via antes. [...] Eu não atentava muito pra questões da violência. [...] E quando eu entrei na UFSM esse tema ficou muito mais recorrente, porque [...] ela vem através do conhecimento, sabe? (Participante 10)

Eu acho que com esse tempo já de trajetória, de percurso, de mundo do trabalho e anterior a ele, do percurso de formação e da minha própria origem, eu acho que o conceito de violência também ele vai, ele vai se ampliando. [...] ao longo dessa caminhada toda, a gente vai entendendo que a violência possui diversas nuances, até chegar na agressão física em si e, às vezes, até extinguindo ali a vida do outro, né? [...] o entendimento de violência nessas últimas décadas também mudou, não é uma coisa específica do meu percurso ou da minha trajetória, eu acho que as pessoas começaram a se dar conta de que o comportamento violento, de que essas agressões desrespeitosas, tudo isso é violência. (Participante 12)

Com esses relatos, podemos perceber que há mudanças em relação ao entendimento da violência. Essas mudanças podem ser decorrentes de debates sobre o tema, de novas compreensões sobre o que é sofrer violência e de uma não aceitação de formas violentas de relações.

Eu acho que é todo ato que te viola de alguma forma. Que não precisa ser necessariamente algo físico, direto, mas pode ser envolvendo pessoas do teu cotidiano, é... parentes, amigos, com a intenção de te afetar de alguma forma e de uma forma negativa, né? Que te prejudique de alguma forma. (Participante 2)

Como pontua a Participante 7: “acho que violência também já não é só apanhar, a violência já é vista de várias outras formas, eu acho que as políticas dos últimos anos foram ampliando esse debate na sociedade, né? A própria lei Maria da Penha ampliou o debate de certa forma”. Essas outras formas de representar violência, para além da violência física, também estão presentes nas respostas da comunidade acadêmica entrevistada, o que indica, mais uma vez, que as representações sociais se constituem na interlocução entre o senso comum e o discurso reificado, no caso, pelas narrativas jurídicas — Lei Maria da Penha e outras leis implementadas nos últimos anos.

Essas mudanças de percepção ao adentrar espaços, conhecer pessoas ou compreender novas leis são importantes de serem destacadas. Posto que “ao serem apresentados a novos posicionamentos sobre determinadas temáticas importantes para a vida em sociedade, os sujeitos podem produzir novas representações” (Lira, 2019, p. 29). As mudanças na noção sobre violências e sobre a realidade que está a sua volta demonstram uma nova perspectiva diante dos acontecimentos da vida cotidiana.

Como disparadores das mudanças no campo representacional encontram-se o contato direto com a violência nos campi ou com as narrativas de experiências com violências. As participantes denunciam vários casos de racismo, violência sexual (Participante 4), assédio sexual (Participantes 9 e 14), estupro, assédio moral e negação de acessibilidade (Participante 14). À medida que ocorrem transformações sociais no mundo do trabalho e em diferentes esferas sociais, outras classificações entram em cena: assédio moral, assédio sexual etc.

Eu vejo assim que essa turma dos últimos anos, não é só essa turma, eu acho que o momento político também anterior repercutiu muito nessa geração em que as coisas vêm mais à tona, em que o porteiro me assediando, o porteiro me chamando, me convidando todo dia para sair não é uma coisa legal, sabe? E que talvez eu não saiba ainda nomear que é assédio, mas no mínimo eu identifico que não é legal e eu vou buscar ajuda. Então, me parece que eles identificam mais as situações. (Participante 7)

A classificação, que parte da ancoragem, é necessária para tornar familiar aquilo que, em algum momento, é estranho. Como disse [Moscovici](#) (1981), “tudo que permanece inclassificável e não-nomeável parece estrangeiro, não existente e ainda ameaçador” (p. 194). Mas vai para além disso: a classificação possibilita conhecimento que potencializa o questionamento sobre aquilo que não faz bem, que intriga, que incomoda. Conforme novas formas de violência vão compondo as narrativas e experiências universitárias, as maneiras de representar a violência se alteram. De uma representação mais monolítica, homogênea (a violência física), ela se torna uma representação mais ampla, constituída por diferentes tipos de violência.

b. Relações de dominação e violência acadêmica

As representações sociais servem para que possamos dar sentido aos acontecimentos, aos objetos que nos rodeiam, às atitudes e aos comportamentos das pessoas. Elas são positivas nesse sentido, pois nos dão certa segurança; todavia, por outro lado, as representações sociais também servem para iludir, enganar, preservar relações que nos fazem sofrer — são, portanto, ideológicas no sentido crítico ([Guareschi & Roso](#), 2014). Nesse sentido, precisamos considerar as relações de poder (fluídas, circulantes), as relações hierárquicas (semi-flexível, com autoridade) e as relações de dominação (rígidas,

duradouras, autoritárias) — isto é, quando alguém ou algum grupo social mantém sistematicamente, ao longo de determinado período histórico, o poder de decidir sobre a vida de outro/a(s), sem considerar o desejo desse/a(s) outro/a(s).

Tanto no contexto universitário quanto fora dele, podemos compreender que há violências que podem ser mais bem reconhecidas e identificadas, como a violência física. Por exemplo, quando alguém leva um soco ou um tapa de alguma pessoa, as pessoas reconhecem isso como violência, entendendo que isso pode vir a causar dificuldades, problemas profissionais e conflitos na vida pessoal. No entanto, no contexto universitário, a violência pode ser nomeada de outra forma, conforme destaca o Participante 6:

Há uma violência acadêmica. Eu acho que essa violência acadêmica, ela continua tão encoberta como era antes. [...] Sem essa assimetria de forças, eu acho que sim, isso está muito mais claro, eu acho que as pessoas têm uma consciência muito maior do que seria essa violência, principalmente em termos de assédio sexual, eu acho que está muito claro, do que seria uma violência doméstica, certo? (Participante 6)

Neste caso específico de violência no contexto universitário, podemos supor que ela afeta sobretudo os/as estudantes. Já que eles/as poderiam ser entendidos como os/as mais “frágeis” e localizados/as na base da pirâmide de uma hierarquia estabelecida institucionalmente, que é confirmada e consolidada a partir da própria legislação da instituição. O Participante 12 relata que não há paridade entre as categorias quando um comitê precisa ter competência decisória, uma vez que a decisão é estabelecida com 70% de docentes e 30% de técnico-administrativos em educação e estudantes. Ele entende que “é uma violência também que tem aí, que acentua as diferenças entre as classes e faz com que se gere mais conflitos” (Participante 12).

Ainda sendo observável que as representações sobre violência se expandem, mudem de alguma forma, percebemos que a violência é marcada por relações de dominação, ainda que na linguagem evidencia-se uma falta de nitidez quanto à distinção entre poder, autoridade e dominação. “Já vi muita gente abusar da sua autoridade dentro da universidade, do seu cargo, falando coisas que não deviam,

[...] abusando do seu lugar de fala, do seu lugar de poder, do seu espaço” (Participante 9), similar a essa fala nos responde o Participante 11:

Dentro do contexto da UFSM [...] no principal contexto que se trata dentro da academia seria abuso de autoridade, por exemplo, de professores, professores cobram coisas que não deveriam ser cobradas, ou que, por exemplo, [...] têm comportamentos em sala de aula que seriam desrespeitosos com muitas pessoas. Eu já ouvi falar de histórias e contextos em que professores foram abusivos no sentido de autoridade. [...] [o professor] ele acaba exercendo o poder que ele tem como autoridade de uma maneira que não serve para a proposta que ele tá lá que seria ensinar, seria promover a busca do conhecimento. (Participante 11)

A principal violência que existe dentro do contexto acadêmico e não aparece, ela é uma violência: primeiro de tudo baseada no poder, o poder do docente sobre o estudante e dos pós-graduandos sobre o pessoal dos níveis de graduação e especialização. (Participante 6)

Diante disso, evidenciamos que, por mais que estejamos caminhando para uma melhor compreensão da violência e o reconhecimento de suas diversas expressões, ainda permanece, no contexto universitário, uma intensa hierarquização e uma violência invisibilizada, baseada na dominação, que está naturalizada nas formas de relações estabelecidas, que aqui chamaremos de violência acadêmica. Se, por um lado, a relação hierárquica pode oprimir e inviabilizar que o outro diga algo, e, portanto, preserve certa representação, por outro, a própria ação de oprimir gera resistência, fazendo com que se tensione o campo representacional. Aqui se revela a indissociabilidade do processo representacional com as relações de poder, característica já apontada por outros/as autores/as (Guareschi & Roso, 2014; Howarth, 2011).

Como exemplificado pelos/as participantes: “dentro da instituição eu acho que o que mais se tem é a violência velada, acho que é aquela questão de, principalmente, entre docente pelo discente, ‘eu tenho o poder de te dar nota, eu tenho o poder de te reprovar’, os alunos têm muito medo” (Participante 9). Percebemos pelas narrativas dos/as participantes que essa violência velada começa a ser nomeada como “violência acadêmica”. Assim, a violência como “sintoma assume o aspecto de um termo técnico e científico” (Moscovici, 1981, p. 194).

Essa violência (baseada no poder) é a mais disseminada, a mais atuante, com maiores impactos sobre o estudante como coletividade. [...] violência baseada na desigualdade dos lugares sociais, da assimetria social, essa é uma violência cotidiana, legitimada na maioria dos nossos cursos e que tem um dano social muito maior no coletivo. [...] Por isso que eu acho que no contexto acadêmico, a pior violência é essa, a violência que eu chamo aqui de acadêmica, que tem uma disparidade de forças, notadamente entre professor e seus alunos. (Participante 6)

[...] uma violência assim acadêmica, de testes desnecessários para testar até o teu limite o que tu sabe, o que tu não sabe, acho que pode ser visto como uma violência também, porque às vezes as pessoas sabem que tu sabe, que tu entende, que tu domina aquele assunto, mas é só o intuito de constranger, né? (Participante 2)

Obviamente, ser capaz de nomear outra forma de violência que não a principal do imaginário social (a física) faz parte do processo de representar. Pela nomeação se realiza “uma operação que é subserviente a um propósito social” (Moscovici, 1981, p. 194), assim, uma forma de violência que, em princípio é estranha, ganha sentido, possibilitando resistir a ela: “eu comecei a ver a questão da violência diferente, de uma forma diferente assim, eu comecei a dar bola para isso [...] a ficar chateada, a ficar preocupada com essas questões, era uma coisa que eu não me preocupava tanto” (Participante 10). Outras participantes comentam:

Eu tentei trabalhar questões de gênero aos poucos, eu fui introduzindo questões de gênero. E quando eu trabalhava gênero em sala de aula, eu quase apanhava, inclusive das alunas. Não digo, eu tô exagerando, mas assim ó, era uma coisa que não era vista, sabe? [...] Então, eu vi, ao longo do tempo, a consciência crítica delas [das estudantes] ir aflorando. (Participante 15)

Quando eu tava na Casa do Estudante eu vi muitas meninas sendo abusadas [...] que tavam bêbadas, os meninos passando a mão nelas e a gente na época achava que era normal. Nossa, por que que ela bebeu tanto? Ela não devia ter bebido tanto. A gente tentava tirar as gurias daquela situação, só que a gente não tinha certeza se aquilo era certo ou se não era, então a gente tentava tirar elas dali, mas a gente não denunciava os gurus, sabe? Hoje eu denunciaria, mas na época eu não achava que era uma violência, hoje eu sei que é. (Participante 9)

Assédio sexual dentro da instituição é um caso, é muito grave, acontece muito dentro da instituição também, são formas de violência que a gente denuncia bastante, que são coisas que a gente estimula muito as meninas a denunciarem. São coisas que a gente não pode deixar passar mais. (Participante 9)

Em suma, podemos dizer que violência acadêmica é um termo guarda-chuva que acopla no seu interior diferentes expressões de relações de dominação, mas mais importante: a nomeação da violência como acadêmica parece propiciar resistências, e por meio destas, evocar agenciamentos e, talvez, fazer rupturas nas representações da violência. Contribuindo com essa discussão, Coimbra (2024) compreende a violência acadêmica como “uma denúncia às práticas abusivas historicamente naturalizadas e reproduzidas no espaço acadêmico” (p. 1099). A autora exemplifica que as práticas ocorrem por meio da desigualdade de ingresso e permanência à/na universidade por recortes de classe, raça e gênero/sexualidade, com uma cultura produtivista, pautada no estímulo exacerbado à produção de trabalhos acadêmicos em curtos espaços de tempo, com a negação de direitos a trabalhadores-discentes da pós-graduação, com relações abusivas de poder, a partir de práticas de assédio moral e sexual, sexismo e racismo, e com esgotamento e adoecimento físico e psíquico de docentes e discentes.

Ações propostas pela UFSM no enfrentamento às violências

a. Das incertezas de ajuda

[Jodelet](#) (2005) entende que as representações sociais não são apenas opiniões individuais, elas funcionam como um guia para a ação e para a compreensão da realidade. Por isso, reconhecer que a violência é uma realidade do contexto universitário é um primeiro passo para buscar enfrentar esse fenômeno, tanto pelas pessoas que fazem parte da comunidade acadêmica quanto pela própria instituição. Mas o que é necessário fazer? Quais os caminhos a se percorrer quando alguma situação ocorre na instituição? Em suma, onde buscar ajuda? Esses foram alguns questionamentos que fizemos aos/às nossos/as entrevistados/as e que abordaremos neste tópico.

Quando questionados/as sobre onde buscar ajuda na instituição se algum caso de violência acontecesse, os/as participantes relatam: “não faço ideia do que fazer” (Participante 8), “pensando agora se eu passasse por algum tipo de violência, eu não sei onde recorrer” (Participante 1). Já a Participante 2 sabe onde buscar ajuda “mas eu saber não significa que eu tenha fé que aquilo vai dar certo e que as pessoas vão resolver”. A estudante acrescenta ainda que quando precisou dar suporte a amigos considerou os serviços de atendimento insuficientes, “é insuficiente porque tem vários relatos de colegas, [...] eu fiquei sem saber como reagir, como que ajudar [caso de suicídio]” (Participante 2).

Há desdobramentos diferentes a depender do caso e do lugar em que a violência acontece. Os/as participantes descrevem:

A gente tem primeiro um desdobramento do ponto de vista de atenção, é acionada uma equipe psicossocial, um assistente social e um psicólogo, que vai dar um apoio inicial. Se oferece atendimento, havendo a necessidade de encaminhar para um outro tipo de atendimento, a gente faz, hoje em dia tem uma equipe de saúde formada por dois médicos e um enfermeiro que vão dar alguma condução. E, geralmente, os pró-reitores acabam cuidando da parte legal necessária nesse caso, uso das câmeras, cuidar de acionar a polícia. (Participante 6)

Porque se é um auxílio mais psicológico tem vários lugares [...] se é uma coisa de denúncia que tem que fazer, tem os canais básicos, que são a Ouvidoria [...]. Pode anonimamente entrar no site lá e falar, se tu quer fazer uma coisa mais específica [...] tem os assistentes sociais que tu pode conversar com eles, se tu quer conversar mesmo “ó eu não sei o que fazer”, tu pode ir na coordenação do teu curso, tu pode falar com a direção, tu pode falar com a unidade de apoio pedagógico. (Participante 9)

Sobre a Ouvidoria, local para comunicação de diferentes acontecimentos, inclusive denúncias de violência, é evidente que os relatos realizados no local não são percebidos pelos/as participantes na pesquisa como anônimos, tal como se divulga no site e em palestras realizadas. O Participante 14 relata que já ouviu falar sobre a Ouvidoria: “o estudante ir na Ouvidoria fazer uma reclamação e o professor ficar sabendo e depois fazer alguma nota ou mandar alguma resposta em represália aquilo ali. Eu nunca ouvi falar de um caso concreto que tenha sido resolvido”. Outra participante soube da Ouvidoria em uma palestra:

Isso eu vi numa palestra, eu nunca fiz uma denúncia [...] tu não coloca o teu nome, mas pelo que eu entendi, posso estar errada, tu coloca ali algum dado que eu não lembro qual é, se é e-mail, alguma coisa assim [...] não é pra ter um retorno, mas de alguma forma precisa. [...] só que aí dependendo do registro [...] digamos que tenha que ter a unidade universitária, dependendo do caso [...] todo mundo já sabe quem é [...] só sei que quando eu ouvi isso naquela palestra, eu pensei, então, não é 100% anônimo, né? [...] E ainda tu tem que juntar provas. Então, dependendo muitas vezes da prova vai rolar uma identificação ali. (Participante 3)

Destacamos que a instituição dispõe de serviços para denúncia como a Ouvidoria, locais para atendimentos com psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, bem como há Unidades de Apoio Pedagógico em cada centro de ensino, que são locais que também servem de suporte quando os/as estudantes precisam obter outras informações. Entretanto, apenas existir esses serviços parece não adiantar, pois pouco se sabe sobre eles, suas finalidades e há pouca articulação entre os mesmos. No que tange à Ouvidoria, a não garantia de anonimato na denúncia pode ser compreendida como uma forma de violência institucional.

Tais constatações podem ser observadas nos seguintes relatos: “eu acho que os caminhos em si eles não são tão claros pra todo mundo e as pessoas só se preocupam com isso quando precisam, e aí quando precisam não sabem a quem recorrer institucionalmente” (Participante 12), “não tem uma divulgação [...] a gente vai normalmente para a coordenação e a gente não sabe se isso vai ser levado a frente, então de repente deveria existir uma orientação do que fazer e de quem recorrer para que isso seja efetivo” (Participante 5), “não há difusão dessas ferramentas se elas existem” (Participante 1).

Pela falta de articulação entre os serviços, há pouca resolutividade dos casos. Ao indagar os/as entrevistados/as sobre que providências são tomadas, parece persistir a ideia de que os casos não terão resolutividade, por vezes podem vir a ter quando se tornam públicos:

[...] poucas providências, né? Geralmente quando os casos tomam assim um conhecimento público parece que aí, sim, a universidade se posiciona e alguma coisa acontece. Eu lembro de um caso meio recente de racismo [...] teve uma pichação num curso e a universidade tomou algumas providências. (Participante 3)

Há um número de casos que eu acompanhei ao longo desses anos que eu indiquei aos estudantes irem até a Ouvidoria procurarem as vias legais, às vezes não procuraram por medo de retaliação, às vezes não procuravam com medo de ficar marcado no curso, às vezes não procuram simplesmente porque acham que não vai dar em nada. E quando procuram por vezes não dá em nada. (Participante 6)

Por mais que se tenha essa percepção de não efetividade, há uma transformação em curso e uma sinalização institucional para que as situações mudem, conforme identificamos em nossa pesquisa. No entanto, é urgente que se possa oferecer possibilidades para enfrentamento das violências, de forma preventiva, não apenas como resposta a situações pontuais e que chegam até a mídia, através de notas institucionais. Além disso, é necessário oferecer condições seguras para realização de denúncias, visto que não ter acesso à ajuda ou a uma rede de suporte aprofunda ainda mais os impactos das violências vividas pela comunidade acadêmica.

b. A instituição em busca de um caminho para enfrentar a violência

Embora constatem, por meio das entrevistas, a não resolutividade das ações ofertadas até então, nos últimos anos, algumas ferramentas têm sido disponibilizadas pela instituição e algumas ações têm sido propostas, por exemplo: Campanha Trote Sem Assédio, proibição de consumo de bebidas alcoólicas dentro do campus, proibição da realização de trotes, criação de uma política de gênero e criação de um Código Disciplinar Discente. Por mais incipiente que possa se considerar essas ações, podemos destacar que elas podem contribuir para o início de uma transformação em relação ao reconhecimento das violências, assim como proporcionar mais efetividade.

A criação do Código Disciplinar Discente foi mencionada principalmente por técnico-administrativos em educação. O Código, criado em 2018, gerou repercussões negativas entre os/as estudantes na época (Resolução n.º [017/2018](#), 2018). Como apontaram as participantes: “Foi criada dentro da UFSM uma espécie de código de conduta discente, [...] muito combatido daquela época pelos estudantes. Mas até então não existia nenhum documento dentro da UFSM que desse força ou amparo legal, jurídico para instruir um processo”. (Participante 12)

Na época, os estudantes entenderam como uma forma de agressão contra eles que eu acho que não deveria ser. Tem pontos polêmicos, mas que, ao mesmo tempo, eu vejo por outro lado como uma ferramenta, um instrumento para que a gente possa gerir administrativamente essas questões e poder dar um encaminhamento, né? [...] Muito mais de uma pressão para que a coisa aconteça do que de fato uma construção com a comunidade como um instrumento pra que essas situações tenham um encaminhamento administrativo, pra além do encaminhamento legal lá fora. Dentro da universidade, o que a gente pode fazer com essas questões, eu acho que muito pouco dialogado. (Participante 7)

O Código mencionado pelas participantes chama-se “Código de Ética e Convivência Discente da UFSM” criado a partir da Resolução n.º [017/2018](#) (2018).

Em seu artigo 1º, é descrito que o objetivo do Código é estabelecer direitos e deveres dos discentes, criando infrações passíveis de sanções e buscando uma adequada convivência em todos os campi. O Código visa coibir certas práticas e classifica, também, as infrações disciplinares, quando as violências estão elencadas nas infrações graves e gravíssimas, como, por exemplo: ofender a integridade física ou a saúde de outrem; ameaçar alguém; praticar violência que resulte lesão corporal grave, gravíssima ou morte; praticar estupro ou atentado violento ao pudor; praticar, induzir ou incitar, por qualquer meio, a discriminação ou preconceito de sexo, gênero, raça, cor, etnia, orientação sexual, religião, procedência nacional ou qualquer outro tipo de diversidade; além de itens sobre assédio moral e sexual.

O Código foi criado a partir do aumento de denúncias de casos de racismo, homofobia, machismo, assédio sexual e moral, e violências de todos os tipos dentro da universidade, envolvendo estudantes. Como não existia, até então, nenhum instrumento legal que embasasse as práticas em relação aos casos que surgiam, tornou-se necessária a criação do Código descrito. Contudo, como observamos nos depoimentos de participantes na pesquisa, há críticas em relação a isso, pois em virtude de movimentações que ocorreram na época, parece não ter sido uma construção conjunta entre todos os segmentos da universidade. Apesar disso, mesmo que o Código nomeie algumas práticas e contribua no reconhecimento de direitos e deveres dos discentes, não se tem um fluxo de atendimento, de acompanhamento, de um fazer para além de normas jurídicas.

O movimento de criação de normas a respeito do enfrentamento das violências pode ser visualizado no estudo realizado por [Biscaia](#) (2024). A autora propõe-se a examinar as políticas públicas voltadas para a prevenção e o enfrentamento do assédio na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Dentre as ações analisadas, está a elaboração de um código de ética da universidade, o que demonstra

um compromisso institucional com a prevenção e o combate ao assédio. A pesquisadora indica que o “documento adota uma postura de tolerância zero, proibindo explicitamente condutas que configurem assédio, discriminação e preconceito. No entanto, [...] a mera existência de um código de ética, por si só, não é suficiente para erradicar o problema” ([Biscaia](#), 2024, p. 1955).

Assim, alguns participantes acreditam que deveria haver um lugar específico na instituição para atender casos de violência e dar um adequado suporte, com uma equipe capacitada: “Eu acredito que deveria ter um local específico, somente para acolhimento de pessoas violentadas, e não com duas, três pessoas mas com uma equipe de fato [...] que seja totalmente multidisciplinar” (Participante 1), “teria que ser um espaço que ninguém se conheça pra que as pessoas tomem coragem de ir, de denunciar, de ir falar sobre essas coisas, né? Ou de tomar providências, eu acho que seria interessante” (Participante 5), “Eu acho que poderia ter um centro de referência” (Participante 9).

Já o Participante 6 traz outro ponto de vista acerca dessa questão, indagando se realmente seria necessário um espaço assim:

Será que é o ideal e o justo nós criarmos uma rede de proteção específica pra esse estudante? [...] Até que ponto nós devemos criar serviços paralelos, certo? Será que vale a pena criar um serviço de atenção à saúde para estudantes da UFSM sendo que o estudante é um cidadão e tá inscrito dentro de um Sistema Único de Saúde? O que que ele tem de mais que a gente tenha que criar esse serviço individualizado? É uma fragilidade? Por que isso? [...] Faz sentido a gente ter um serviço de saúde mental. Mas e de violência? Será que a gente tem uma representação de violência tão grande que faz sentido eu criar um serviço nesse sentido? Então, eu não estou convencido que a gente precisa criar um serviço, estou convencido de que não precisa criar rede nova, a rede já existe, inscreve esse estudante na rede de proteção já existente, é a minha opinião. (Participante 6)

As falas trazidas apontam diferentes soluções para a violência, pois as representações sobre violência não são fixas, universais, nem apenas contextuais; elas são subjetivas. Ao criar propostas de enfrentamento, primeiro deve-se conhecer as representações que envolvem a violência, como as representações sobre estudantes, sobre universidade, sobre professores etc. O que podemos, por ora, evidenciar em comum aos participantes na pesquisa é que se espera uma resposta, uma ação da instituição, seja pela via da criação de serviços internos à instituição dirigidos aos estudantes, seja fortalecendo a rede externa de saúde mental.

As ações podem ser pensadas em consonância com o que [Romanini et al. \(2024\)](#) exemplificam. Os autores entendem que só cuidamos da saúde mental da comunidade universitária quando oferecemos acolhimento e simbolização da dor e do sofrimento experimentado na universidade, quando revemos as relações de poder instituídas, quando realizamos ações concretas de ativação de redes universitárias em direção à construção de uma universidade promotora de saúde mental, quando criamos mecanismos que impeçam, denunciem ou modifiquem a violência institucional e quando temos uma rede de apoio intersetorial para a atenção psicossocial de estudantes com quadros de sofrimento psíquico ou transtornos mentais instalados.

Além disso, durante a realização da pesquisa, havia uma proposta de criação de um espaço que estava em trâmite na Política de Gênero da instituição, oficialmente instituída em novembro de 2021. Desde 2017 se discutia esta política com a proposta da criação de um espaço físico: “Nós criaríamos a casa Frida Kahlo [...] que ficaria com a incumbência de trabalhar todas as iniciativas de promoção. De uma nova cultura, com campanhas, com rodas de conversa [...] está tramitando em toda a universidade, já faz quase dois anos” (Participante 15). O local foi inaugurado em 2022, como “Espaço Multiprofissional Casa Verônica”¹, sendo um centro de referência que visa oferecer acolhimento psicossocial e jurídico às pessoas em situação de violência de gênero na instituição.

Diante disso, independente da forma com que a violência aconteça, ela está associada ao sofrimento, bem como outras consequências. [Graner e Cerqueira \(2019\)](#), a partir de uma revisão integrativa, mostram como fator de risco para o sofrimento psíquico no contexto universitário ter sofrido discriminação (classe, racial, idade, gênero, orientação sexual) e ter sofrido agressão. Devemos considerar esse aspecto, visto que há “o sofrimento que é seguido dessa violência, mas ao mesmo tempo muitas vezes esse sofrimento ou ele não existe ou a pessoa não tem consciência do sofrimento, do impacto que tem aquele sofrimento” (Participante 6).

Os impactos de sofrer uma violência serão diferentes a depender da história de vida de cada sujeito. Por isso, não há dúvidas de que diante do sofrimento associado à vivência de uma violência, seja ela qual for, é necessário oferecer um espaço de escuta e acolhimento à pessoa. A partir das entrevistas, é possível perceber que há equipes formadas por diferentes profissionais para atender os/as estudantes, porém as ajudas são mais de ordem psicológica, isto é, parece haver uma intensa individualização dos casos. O relato da Participante 3 nos ajuda a compreender isso: “[Há] talvez ajuda mais psicológica. Ajuda de amparo legal, de fazer denúncia, de ir na delegacia fazer BO, não tenho conhecimento de onde isso seja feito na universidade” (Participante 3). Ela relata ainda: “Coloca muito na pessoa [...]. Então fica focado só na vítima. E acho que isso da universidade é sempre focado na vítima, né? Dificilmente tem um trabalho com os agressores”.

Os encaminhamentos em casos de violência se dão especialmente para acompanhamento psicológico individual, conforme observamos. O que pode ser compreendido a partir de uma certa “psicologização da vida”, como aponta [Gruda \(2016\)](#). Tal conceito pode ser entendido ao tratar assuntos que são sociais e históricos em questões individuais e psicológicas. A Teoria das Representações Sociais ([Moscovici, 2015](#)) nos ajuda a pensar sobre tal aspecto, pois ela justamente discute essa polarização

¹Mais informações disponíveis em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/casa-veronica>

indivíduo-sociedade que é tão permanente em nossas práticas. Isso fica claro nas discussões de Lima et al. (2023) quando referem que temos o “desenvolvimento de uma cultura psicológica/psicologizante, individualizante/individualista e despolitizada, pautada na concepção liberal e histórica de ser humano (competitivo e egoísta), tomada como universal, sob a forma da natureza humana” (p. 233). No entanto, não há como separar o sujeito do social e nem pensar o social sem os sujeitos.

Dessa forma, fica evidente que há uma certa denúncia diante de como se enfrenta as violências e, em especial, a forma com que a Psicologia atua nos casos, pois trata-se de uma Psicologia que se caracteriza por uma visão individualista liberal, conforme descreve Guareschi (2012). O autor salienta que, neste modo de compreender o mundo e as relações sociais, impera o individualismo, o egocentrismo e a competitividade. O ser humano é entendido como sendo um indivíduo que acaba por ser separado de tudo e de todos. Diante disso, ressaltamos a necessidade de olhar para o fenômeno da violência como algo mais amplo, não só oferecendo suporte a quem sofre, mas buscando um trabalho com quem comete as violências, promovendo debates sobre o assunto, mediando conflitos existentes, isto é, transformando o cenário em que a universidade se encontra.

Considerações finais

Neste estudo, tivemos como objetivo conhecer as experiências da comunidade acadêmica acerca das violências no espaço universitário. Compreendemos que ainda se tem uma representação da violência enquanto agressão física, no entanto se percebe um movimento nos participantes de um reconhecimento acerca de outras formas de expressão. Porém, foi possível descrever a violência acadêmica, pautada na hierarquização e na dominação, a qual continua invisível e naturalizada, mas já consegue ser nomeada, mostrando que aí se abre um processo de representação. Além disso, por mais que a violência acadêmica dependa do lugar em que se ocupa na instituição, atrelada à hierarquia existente, as outras formas de violência acontecem de maneira mais generalizada e, principalmente, afetam as minorias sociais.

Podemos constatar que por mais que a violência faça parte da história das instituições, atualmente, podemos falar mais sobre ela. Ainda não estamos no patamar de agir mais, mas poder falar, discutir, debater sobre o assunto já pode ser um primeiro passo para o início de uma transformação institucional e social. A instituição estudada vem promovendo ações para enfrentar a violência, porém ainda não se tem um fluxo de acompanhamento dos casos, havendo uma certa individualização do entendimento da violência. Ademais, percebemos nos relatos dos/as participantes um certo desconforto em relação ao anonimato não ser garantido nos processos realizados na Ouvidoria da instituição.

Além disso, enquanto limitações do estudo, ressaltamos que essa pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid-19 e acreditamos que isso pode ter afetado, de alguma forma, as respostas e as discussões realizadas sobre o tema, uma vez que muitos/as participantes relatavam estarem cansados/as de encontros virtuais e do trabalho remoto. Além disso, também consideramos que a temática da violência é frequentemente difícil de ser discutida, por se tratar de um tema sensível pode causar desconforto nos/as participantes, exigindo uma conduta cuidadosa por parte de quem realiza a entrevista.

Compreendemos a importância de que mais pesquisas sobre o tema sejam realizadas, atentando para outras instituições de diferentes lugares no Brasil. Outros estudos — com a comunidade acadêmica como um todo, mas também com os diferentes segmentos universitários — podem contribuir para compreender a dinâmica e a realidade das universidades públicas e privadas. Sabemos que, de maneira geral, tem havido uma movimentação para enfrentar as violências, o que torna pertinente mapear as ações presentes em distintas universidades brasileiras.

Por fim, esperamos contribuir para um melhor entendimento da violência no contexto universitário, posto que os resultados desta pesquisa podem ajudar na elaboração de mais ações institucionais. Entendemos que o caminho a ser percorrido para um melhor enfrentamento das violências neste contexto educacional ainda é longo, pois embora haja modificações em curso, há muito ainda no que avançar. Embora se entenda que a universidade, como parte da sociedade, reproduz as violências

que já existem fora dela, ao olhar de forma mais aprofundada para esse espaço, ressaltamos que há peculiaridades e atravessamentos que caracterizam esse contexto educacional e devem ser mais bem compreendidos.

Assim sendo, almejamos uma universidade que possa enfrentar melhor as violências, pois compreendemos que a busca por uma sociedade mais justa e igualitária perpassa por uma vida livre de violências. A universidade representa, em muitos casos, a esperança de uma vida melhor, com mais dignidade para si e para os outros. Por isso, devemos lutar para que ela possa, de fato, oferecer um ambiente acolhedor e libertador.

Contribuições dos autores

Os autores declararam ter feito contribuições substanciais ao trabalho em termos da concepção ou desenho da pesquisa; da aquisição, análise ou interpretação de dados para o trabalho; e da redação ou revisão crítica de conteúdo intelectual relevante. Todos os autores aprovaram a versão final a ser publicada e concordaram em assumir a responsabilidade pública por todos os aspectos do estudo.

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

Indexadores

A Revista Psicologia, Diversidade e Saúde é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#) e [LILACS](#).



Referências

- Alexandre, M. (2001). O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, 6(17), 111-125.
- Almeida, T. M. C. (2017). Violências contra mulheres nos espaços universitários. In In C. Stevens, M. C. Silva, & M. A. Oliveira (Orgs.), *Mulheres e violências: interseccionalidades* (pp. 384-399). Technopolitik. <http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/MulheresViolenciasInterseccionalidadesTechnopolitik2018rp.pdf>
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>
- Arruda, A. (2014). Despertando do pesadelo: a interpretação. In C. P. Sousa, R. T. Ens, L. Villas Bôas, & A. Arruda (Orgs.), *Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados* (pp. 117-146). Champagnat; Fundação Carlos Chagas.
- Biscaia, S. T. (2024). Análise das políticas públicas de prevenção e combate ao assédio no âmbito da Universidade Estadual de Ponta Grossa. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(9), 1942-1957. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i9.15647>
- Chauí, M. (2017). O mito da não violência brasileira. In E. M. Itokazu & L. Chauí-Berlinck (Orgs.), *Marilena Chauí – Sobre a violência*. Autêntica.
- Chauí-Berlinck, L. (2017). Apresentação. In E. M. Itokazu & L. Chauí-Berlinck (Orgs.), *Sobre a violência* (Vol. 5, Coleção Escritos de Marilena Chauí). Autêntica Editora.
- Coimbra, K. E. R. (2024). Precisamos falar sobre violência acadêmica: a universidade como locus de reprodução de violências coloniais. *Revista Inter-Ação*, 49(2), 1098-1112. <https://doi.org/10.5216/ia.v49i2.79002>
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.
- Gomes, R. (2016). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.), S. F. Deslandes & R. Gomes, *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Graner, K. M., & Cerqueira, A. T. A. R. (2019). Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(4), 1327-1346. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017>

- Gruda, M. P. P. (2016). Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma Psicologia Social Crítica. *Pesquisa e Práticas Psicossociais*, 11(2), 514–526. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n2/19.pdf>
- Guareschi, P. (2012). *Psicologia social crítica: como prática de libertação*. EDIPUCRS.
- Guareschi, P., & Roso, A. (2014). Teoria das representações sociais – sua história e seu potencial crítico e transformador. In P. Guareschi & A. Roso (Orgs.), *Textos e debates em representação social*. ABRAPSO.
- Jodelet, D. (2005). *Loucura e representações sociais*. Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Contextos do saber*. Representações, comunidade e cultura. Vozes.
- Howarth, C. (2011). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory [Uma representação social não é uma coisa quieta: Explorando o potencial crítico da teoria das representações sociais]. *British Journal of Social Psychology*, 45(1), 65–86. <https://doi.org/10.1348/014466605X43777>
- Lima, M. R., Carvalho, M. B., Andrade, S. S., & Costa, P. H. A. (2023). Miséria e libertação na Psicologia brasileira: reflexões com e a partir de Martín-Baró. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 19, 218–238. <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/407>
- Lira, K. F. S. (2019). Representação social da violência contra as mulheres: revisão sistemática dos estudos no Brasil. *Revista de Psicologia*, 10(2), 22–30. <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/32387>
- Maito, D. C., Panúncio-Pinto, M. P., & Vieira, E. M. (2022). Violência interpessoal no ambiente acadêmico: percepções de uma comunidade universitária. *Interface (Botucatu)*, 26: e220105. <https://doi.org/10.1590/interface.220105>
- Minayo, M. C. S. (2016). O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.), S. F. Deslandes & R. Gomes, *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Vozes
- Moscovici, S. (1981). On social representations [Sobre representações sociais]. In J. Forgas (Ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*. Academic Press.
- Moscovici, S. (2015). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (11ª ed.). Vozes.
- Oliveira, M., & Ornellas, M. (2014). Mídia e educação: Interface processual na Teoria das Representações Sociais. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, 23(42), 163–172. <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2014.v23.n42.p163-172>
- Palacios, F. F. (2014). *Psicología social y género: El sexo como objeto de representación social* [Psicologia social e gênero: O sexo como objeto de representação social]. UNAM – CEPHCIS.
- Resolução n.º 017/2018. (2018, 16 de julho). Institui o Código de Ética e Convivência Discente da Universidade Federal de Santa Maria. <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-n-017-2018>
- Romanini, M., Ferigato, S. H., & Teixeira, R. R. (2024). Saúde mental na universidade: problematizando o presente, imaginando futuros. In M. Romanini (Org.), *Psicologia, educação e saúde mental: problematizações sobre/com a universidade*. ABRAPSO.
- Scavone, M. (2015). *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Data Popular/Instituto Avon. https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf
- Souza, R. H. V., França, M. P. S., & Pereira, C. M. (2020). Violência de gênero e assédio sexual em uma universidade piauiense: aproximações ao campo de estudo. *Brazilian Journal of Development*, 6(5), 26705–26721.
- Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa*. Vozes.